

BEATRIZ RIBEIRO MACHADO

**Assessoria Política em Espaços Formais de
Deliberação: A Construção de um Modelo de Análise.**

ORIENTADOR: Prof. Dr. Rennan Lanna Martins Mafra

Universidade Federal de Viçosa

Viçosa – MG

Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO TRILÍNGUE

**Assessoria Política em Espaços Formais de
Deliberação: A construção de um modelo de análise.**

Monografia apresentada ao Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa UFV-, como parte das exigências da disciplina SEC 499 – Monografia –, tendo como orientador o professor Rennan Lanna Martins Mafra.

BEATRIZ RIBEIRO MACHADO - 67881

**Viçosa – Minas Gerais
Outubro de 2014**

BEATRIZ RIBEIRO MACHADO

**Assessoria Política em Espaços Formais de
Deliberação: A construção de um modelo de análise.**

Monografia apresentada ao Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa UFV-, como parte das exigências da disciplina SEC 499 – Monografia –, tendo como orientador o professor Rennan Lanna Martins Mafra.

APROVADA: 4 de Novembro de 2014.

Lara Lúcia da Silva

Bianca Aparecida Lima Costa

Rennan Lanna Martins Mafra
(Orientador)

VIÇOSA, MG
NOVEMBRO, 2014

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente me ajudaram a concluir este trabalho. Aos meus professores de toda a vida, sem os quais não seria possível concluir este sonho, e os professores de Secretariado Executivo Trilíngue pela dedicação e carinho ao lecionar. Educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante! Aos meus pais e amigos pelo carinho, paciência e apoio de todos os dias.

Este trabalho só foi possível graças à equipe do COPRATICAS, em especial professor Rennan Mafra, que me proporcionou crescimento acadêmico e pessoal, através de cuidado, carinho, atenção e humanidade para com nossas limitações, transformando-nos em pesquisadores! Muito obrigada por todo o auxílio e apoio, por me ajudarem a desvendar e me apaixonar irremediavelmente pelo mundo da ciência. Obrigada Bruno Menezes, Carlos Einloft, Julia Christo, Anna Cláudia Campos, Taiandir Penna, Layssa Aragão e Rebeca Borges. Vocês me ajudaram a olhar o mundo de uma nova forma!

Ao meu namorado, co-orientador e amigo de todas as horas, Igor Tupy, sem o qual não teria conseguido. Muito obrigada pelo incentivo em todos os momentos! Aos meus amigos de sala que participaram deste processo trocando experiências e apoiando o trabalho uns dos outros, Douglas Moura, Mateus Abrantes e Rafaella Lima, amigos eternos de curso, gratidão!

Aos Conselheiros do CMDRS – Viçosa/MG, que bravamente lutam pelos direitos de suas comunidades participando do processo decisório da nação, ainda que haja muito a se fazer, eles me ensinaram que a mudança começa em nós! Obrigada pelas reuniões e pelo acolhimento nos grupos focais, este trabalho é única e exclusivamente de utilidade a vocês. Este é o retorno que esperamos!

À Universidade Federal de Viçosa por cinco anos de crescimento e amadurecimento, por me ajudar a construir minha formação profissional, mas também pessoal. Minha amada UFV, da qual não me esquecerei jamais, guarda-me, como a menina dos seus olhos. Ela é a tal, sei que ela pode ser mil, mas não existe outra igual! Muito obrigada, essa conquista é de todos vocês!

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1. Democracia Deliberativa e Cenários de Subcidadania: Uma contextualização a cerca das políticas públicas contemporâneas.....	9
2.2. Da Assessoria Técnica à Assessoria Formadora em Políticas Pública.....	15
2.3. As práticas dialógicas como instrumento de colaboração, união e organização social.....	22
3. RESULTADOS: A FORMAÇÃO, A BUSCA POR PERGUNTAS E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM CONTEXTOS DE ASSESSORAMENTO.....	26
3.1. Lidando com o Dissenso sem a Imposição Consensual ou Instrumental-Pacificadora.....	26
3.2. Modelo De Análise: Assessoria Política em Contextos Formais de Deliberação.....	28
4. CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS.....	33

RIBEIRO, BEATRIZ MACHADO; MONOGRAFIA (BACHARELADO EM SECRETARIADO EXECUTIVO TRILÍNGÜE) – UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, VIÇOSA, MG, 2014. **ASSESSORIA EM ESPAÇOS FORMAIS DE DELIBERAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE ANÁLISE**. 2014. 35P. ORIENTADOR: RENNAN LANNA MARTINS MAFRA.

RESUMO

A realidade empírica que permitiu a construção de tal modelo refere-se ao espaço do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Viçosa-MG – arena participativa, criada para deliberar a política pública de desenvolvimento rural de Viçosa/MG. No CMDRS, possuem assento 28 (vinte e oito) conselheiros, dentro dos quais 14 (quatorze) são representantes institucionais (como os da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/MG, da Prefeitura Municipal de Viçosa, etc..) e 14 (quatorze) são representantes de comunidades rurais do Município. Dentre esses últimos, muitos nunca tiveram contato com a política formal, não participam de movimentos sociais e foram eleitos por suas comunidades por apresentarem alguma projeção local. Desde 2012, tais conselheiros vêm sendo assessorados pelo Copráticas – Grupo de Pesquisa e Extensão em Comunicação, Democracia e Práticas Sociais da UFV, a partir de ações voltadas a gerar fortalecimento cívico e a aprimorar os processos participativos na arena deliberativa formal do CMDRS. Como bases teóricas, o trabalho contou com: a) a noção de assessoria (MATOS, 2006), apresentada enquanto demanda reflexiva e especializada, necessária às políticas públicas contemporâneas que se valem de desenhos participativos, plurais e deliberativos (MARQUES, 2009); e b) as noções de diálogo (FREIRE, 1979) e de tradução (SOUSA SANTOS, 2002), voltadas a ponderar uma espécie de “dever ser” da assessoria em contextos participativos, com o intuito de qualificá-la como gesto democratizador. Os principais resultados do modelo de análise proposto evidenciam a necessidade de superação do paradigma de uma assessoria puramente técnica para a produção de uma assessoria aqui chamada de reflexiva (protagonizada por um profissional, um agente público, uma instituição, um grupo, etc..), que: a) possua caráter formador; b) estimule a constante busca por perguntas, ao invés da mera entrega de respostas prontas ou de produtos técnicos finalizados; c) seja capaz de promover uma construção conjunta do conhecimento; d) possua o gesto da tradução; e e) estimule a explicitação dos conflitos nas experiências comunicativas possibilitadas pela participação nos espaços formais, lidando com a diferença e com o dissenso sem a imposição consensual ou instrumental-pacificadora.

Palavras-chave: Assessoria; Democracia; Deliberação.

ABSTRACT

The empirical reality that allowed the construction of such model refers to the space of the Municipal Council for Sustainable Rural Development (CMDRS) of Viçosa - participatory arena, designed to resolve the public policy of rural development in Viçosa / MG. The CMDRS, have seat 28 (twenty eight) members, which fourteen (14) of them are institutional representatives (Company of the Technical Assistance and Rural Extension - EMATER / MG, the City of Viçosa, etc ..) and fourteen (14) are representatives of rural communities in the city. Among the latter, many have never had any contact with the formal policy before, haven't participated in social movements and were elected by their communities because they have some local projection. Since 2012, these directors have been advised by Copráticas - Research Group and Extension in Communication, Democracy and Social Practices of UFV, from actions to generate civic strengthen and enhance the participatory processes in thrformal deliberative arena - CMDRS. The theoretical basis of this project included: a) the notion of advice (Matos, 2006), presented as reflective and specialized demand, required to contemporary public policies that make use of participatory design, plural and deliberative (MARQUES, 2009); b) the notions of dialogue (Freire, 1979) and translation (SOUSA SANTOS, 2002), aimed to consider a kind of "ought" of advice on participatory contexts, in order to qualify it as democratizing gesture. The main results of the analysis model proposed stress the need to overcome the paradigm of a purely technical assistance for the production of an advisory named reflective call (starring a professional, a public official, an institution, group, etc ..) that: a) has upbringing; b) encourage the constant search for questions, rather than the mere delivery of ready answers or finalized technical products; c) be able to promote joint construction of knowledge; d) has the gesture of translation; e) encourage the disclosure of conflicts in communication experiences made possible by the participation in the formal spaces, addressing difference and dissent without consensus or instrumental-pacifying levy.

Keywords: Advice, Democracy; Deliberation.

1. INTRODUÇÃO

O propósito central desse trabalho é investigar possibilidades para a construção de um modelo de análise de assessoria política a sujeitos periféricos, em espaços formais de deliberação pública. Tal propósito faz coro a um dos principais desafios acerca da aproximação entre democracia e contextos periféricos: auxiliar sujeitos parcialmente excluídos da formulação de políticas públicas ou das decisões que afetam seus cotidianos junto a um efetivo processo de participação em uma arena decisória formal.

A realidade empírica que motivou a realização dessa monografia foi o espaço formal do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Viçosa-MG, uma arena participativa, criada para promover a deliberação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural do Município. O CMDRS possui vinte e oito conselheiros, dentro dos quais quatorze representam instituições como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/MG, Prefeitura Municipal de Viçosa, Universidade Federal de Viçosa, entre outras e quatorze representantes são de comunidades rurais da cidade.

Desde 2012, o Copráticas – Grupo de Pesquisa e Extensão em Comunicação, Democracia e Práticas Sociais, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), têm desenvolvido um trabalho de assessoramento ao CMDRS, com foco na formação política dos conselheiros das comunidades. Isso porque, dentre esses últimos, muitos nunca dantes tiveram contato com a política formal, não participam de movimentos sociais e foram eleitos por suas comunidades por apresentarem alguma projeção local. Nesse sentido, a partir de dois projetos de pesquisa, financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), o

Copráticas desenvolver ações voltadas a gerar fortalecimento cívico e a aprimorar os processos participativos na arena deliberativa formal do CMDRS.

A autora dessa monografia, sendo bolsista de um desses projetos, pode acompanhar e desenvolver algumas dessas ações – momento fundamental que despertou o interesse de problematizar os processos de assessoramento em espaços formais como os do CMDRS. Apesar da importância nuclear do CMDRS no estímulo à produção das perguntas orientadoras desse trabalho, nesse espaço não se propõe fazer um estudo sobre o CMDRS, mas sim uma reflexão conceitual sobre quaisquer espaços de deliberação, como os conselhos políticos-gestores de políticas públicas, com base no CMDRS de Viçosa/MG.

Por tudo isso, algumas questões se tornaram norteadoras: qual o problema da emancipação e da assessoria em contextos democráticos que trazem desafios de aprimoramento a uma prática pública participativa em contextos de subcidadania? É possível a existência de uma assessoria política, em espaços formais de deliberação, capaz de aprimorar uma prática pública decisória, sobretudo em contextos de desigualdade?

A literatura referente aos contextos democráticos e de desigualdade social foram muito importantes para a construção do referencial conceitual e do modelo de análise ora proposto como resultado das inquietações levantadas. Em linhas gerais, como será visto adiante, os estudos de democracia deliberativa (MARQUES, 2009) apontam para uma necessidade de construção do discurso racionalmente motivado, onde através da construção de argumentos, esses sujeitos efetivam sua participação em arenas participativas, local de contato com o poder público. Outros estudos, como de Boaventura de Souza Santos (2007), apontam não apenas a necessidade de que arenas sejam criadas, mas para que as diferenças dos variados sujeitos sejam consideradas adaptando estas políticas às culturas e costumes locais.

Jessé Souza (2012) aponta a dificuldade vivida em contextos naturalizados de desigualdade, como o contexto brasileiro, para que qualquer modelo democrático possa ser efetivo. Na visão do autor, os contextos democráticos consideram para o seu funcionamento, a existência de cidadãos sempre marcados pela ideia de um sujeito pontual, capitalista, consciente de si mesmo, e que, portanto, existe na verdade um grande contingente de cidadãos, opacos, invisíveis, cuja desigualdade está naturalizada e não é facilmente rompida, nem por parte deles mesmos, nem por parte das arenas formais.

Diante disto, em que medida é possível a construção de um processo de assessoramento a esses grupos constituídos por contextos marginalizados de desigualdade econômica, política e social? É possível que um processo de assessoramento se baseie em princípios que possam abandonar um processo pedagógico de educação tradicional ou partir do princípio da liberdade e não da dependência de modo que esse processo de assessoria rompa com o processo de desigualdade naturalizado e com o processo de subcidadania? Mas de que maneira promover a construção de uma assessoria que se volte a esses contextos periféricos para o rompimento com determinados estigmas e elementos de naturalização da desigualdade junto a esse?

JUSTIFICATIVA

Estes questionamentos são necessários devido ao tradicional processo de assessoramento, onde há a oferta de um material técnico competente, de uma assessoria personalizada, e de uma espécie de valorização do conhecimento da assessoria como mão de obra às empresas, instituições e grupos, porém, não há sentido quando pensamos uma assessoria apenas em termos técnicos, inserindo o sujeito tecnicamente nesta arena, afinal, trata-se de uma assessoria que busca a não dependência e seria uma incoerência adotar tal postura. Sendo assim, uma assessoria que não gera a troca de saberes, pode inclusive, colaborar com esse processo de naturalização da desigualdade e de ocupação de um lugar social periférico dessa parcela da sociedade.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que orientou tanto a escolha das bases teóricas gerais do trabalho quanto a posterior construção dos resultados, expressados pelo modelo de análise e a observação participante nas reuniões mensais do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Viçosa/MG.

OBJETIVOS GERAIS

Este trabalho objetiva a construção de um modelo de análise, voltado a expressar as principais características de um processo de assessoramento a sujeitos periféricos em espaços deliberativos formais.

Objetivos Específicos

Nesse sentido, esse trabalho objetiva elaborar um modelo de análise, baseado em aspectos que devem estar implicados em tal assessoramento, voltados ao rompimento de um lugar de subcidadania e à consideração dos sujeitos rurais como interlocutores políticos.

ASSESSORIA E O SECRETARIADO EXECUTIVO

Em relação às discussões ora propostas e o campo do Secretariado Executivo, pode-se dizer que existe tanto uma aproximação natural dos problemas de assessoramento com os dilemas de desafios da área, quanto também há um certo distanciamento das atuais discussões produzidas pelo Secretariado com temas e problemas dessa natureza.

A evolução histórica da profissão de Secretariado Executivo demonstra o empenho dos profissionais em buscar o reconhecimento no mercado de trabalho como assessores gerenciais, papel importante nas instituições no cenário atual. Com as mudanças ocorridas nas teorias organizacionais e na administração de empresas, o Secretário Executivo tem encontrado um espaço privilegiado na assessoria executiva, o que leva a uma atualização também do seu perfil profissional. (BÍSCOLI e LOTTE, 2006).

O secretário executivo, possuidor de uma formação particularmente voltada para o ambiente burocrático e organizacional, reúne diversas qualidades facilitadoras que possibilitam uma assessoria política de qualidade.

Visão generalista, com técnicas, intelectuais, relacionais, sociais, políticas e de liderança. Possui também habilidades de aplicação de novas tecnologias de

informação em diferentes funções gerenciais, além de pensamento estratégico, comunicação eficaz, iniciativa, criatividade, flexibilidade, autonomia, senso ético e compreensão do meio social político, econômico e cultural. (SCHUMACHER, A. J.; PORTELA, K. C. A. & PEREIRA, S. A. 2010. p.5).

Para isso, a análise reflexiva do conceito de assessorar deve ser acoplada ao dia-dia deste profissional que atua naturalmente na tradução dos interesses de indivíduos que necessitam da compreensão das alternativas possíveis referentes a tomadas de decisão, tanto em ambientes formais quanto informais.

Nesta proposta de atuação para o Secretariado Executivo, adota-se um olhar social crítico ligado a compreensão das atividades dialógicas, essenciais para a compreensão das necessidades do cidadão, conjunto ao olhar administrativo e de gestão que a profissão possibilita, realizando assim uma interpretação e mediação das necessidades e possibilidades de resolução de problemas, tanto da sociedade quanto das instituições.

Sendo assim, nota-se a necessidade de uma maior absorção deste profissional na esfera pública. Em ambientes deliberativos formais, por exemplo, a qual concebemos como objeto de pesquisa deste trabalho, os Conselhos Municipais realizam tomadas de decisão de grande relevância para a sociedade como um todo. Sendo assim, o profissional de secretariado pode atuar no auxílio tanto aos conselheiros quanto às instituições, promovendo uma troca de conhecimentos no âmbito político e social, transformando a realidade destas arenas de maneira consciente sem perder seu caráter formador e com foco na independência dos assessorados.

De tal sorte, esse trabalho tem como objetivo geral problematizar processos de assessoramento a sujeitos periféricos em contextos democrático-participativos, junto à construção de políticas públicas. Como objetivos específicos, pretende-se refletir sobre processos de assessoramento que se baseiem em princípios dialógicos e libertários bem como identificar aspectos para a construção de um modelo de análise que possam contribuir para o rompimento de um processo de desigualdade e de subcidadania, fortalecendo a participação dos sujeitos em espaços democráticos efetivos, capazes de considerar tais sujeitos como sujeitos políticos autônomos.

Para isso, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que orientou tanto a escolha das bases teóricas gerais do trabalho quanto a posterior construção dos resultados,

expressados pelo modelo de análise. Sendo assim, nesse momento, optou-se não pela realização de uma pesquisa empírica, mas pelo investimento numa discussão teórica que pudesse inspirar pesquisas e trabalhos futuros, dada a carência de reflexões dessa natureza.

Sendo assim, esta monografia se divide em algumas seções às quais primeiramente faremos uma conceituação sobre a democracia deliberativa e os cenários periféricos aos quais elas estão inseridas. Posteriormente, faremos uma análise do modelo de assessoria técnica e assessoria reflexiva e os ganhos que um modelo dialógico, idealizado por Paulo Freire, pode trazer para uma organização social que visa o bem comum, e por fim propomos um modelo de assessoria pautado no caráter formador, buscando o enriquecimento desta arena decisória assim como do profissional que nela atua através do diálogo.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE VIÇOSA – MINAS GERAIS

Este trabalho possui como realidade empírica a construção de um modelo de análise que refere-se ao espaço do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Viçosa-MG – arena participativa, criada para deliberar a política pública de desenvolvimento rural de Viçosa/MG. O CMDRS, instituído pela Lei nº 1.591/04, Lei nº 2.081/2010 e Lei 2.137/2011, tendo objetivos de sua atuação fomentar a participação e a discussão da política pública de desenvolvimento rural sustentável do município, estimular a articulação intersetorial e a organização da sociedade civil e incentivar a representação e a manifestação da cultura local.

No CMDRS, possuem assento 28 (vinte e oito) conselheiros, dentro dos quais 14 (quatorze) são representantes institucionais (como os da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/MG, da Prefeitura Municipal de Viçosa, Câmara dos Vereadores do Município, etc.) e 14 (quatorze) são representantes de comunidades rurais do Município. Dentre esses últimos, muitos nunca antes tiveram contato com a política formal, não participam de movimentos sociais e foram eleitos por suas comunidades por apresentarem alguma projeção local.

O CMDRS de Viçosa se estrutura em organização proposta pela EMATER, principal protagonista local do desenvolvimento rural no município, que subdivide a população rural da

região em 14 comunidades rurais, a partir das microbacias que compõem o Município (Cristais, Paula, Silêncio, Córrego do Engenho, Pau de Cedro, Córrego Fundo, Piúna, Córrego São João, Paiol, São Francisco, Nobres, Cascalho, Santa Tereza e Macena). Tais comunidades tem natureza múltipla e diversa, havendo aquelas com maior proximidade geográfica da sede do município, cujos moradores trabalham na cidade, em sua maioria, possuindo pouco contato com o cotidiano e formas de trabalhos vinculadas ao cultivo da terra e/ou criação de animais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Democracia Deliberativa e Cenários de Subcidadania: Uma contextualização acerca das políticas públicas contemporâneas.

O primeiro passo para a relação entre as demandas sobre assessoria política a grupos periféricos constitui-se por um esforço de contextualização sobre as políticas públicas contemporâneas, sobretudo no cenário brasileiro. Para isso, é inegável o quanto tais políticas tem se tornado abertas para a participação formal de grupos tradicionalmente excluídos de seus processos de formulação, elaboração, implementação e avaliação. Ao se tratar dos modelos de participação social, o debate sobre a deliberação ganha relevância nas obras do autor alemão Jüdge Habermas, uma vez que este conceito é para este autor, chave na consolidação da *democracia deliberativa*. Uma das características da deliberação é o fato de ser “um processo de aprendizagem que se estabelece de forma reflexiva” (HABERMAS, 1997 *apud* MARQUES, 2009, p.15) e que pode vir a auxiliar cidadãos a compreender um determinado problema de interesse coletivo. Sendo assim, a deliberação vai além de um

contato com a sociedade, se caracteriza como a atualização das discussões políticas nas esferas públicas parciais, de modo a alimentar a prática da intercompreensão, com intuito de constituir um espaço de debate, confronto e revelação de antagonismos que constituem as identidades políticas. Dessa forma, a democracia deliberativa se constitui como um mecanismo de participação social, uma vez que busca ser uma atividade reflexiva aos cidadãos, porém, sua maior responsabilidade consta em produzir um maior desenvolvimento da comunicação e do discurso, mantenedores da legitimidade desta esfera política, como disserta o autor.

(...) a deliberação deveria estabelecer formas de comunicação capazes de garantir a legitimidade das políticas, ao criar articulações discursivas entre o discurso institucional e a conversação cívica entre os cidadãos, a qual se constitui nos espaços públicos parciais que integram as redes comunicacionais periféricas do espaço público político. (HABERMAS, 1997 *apud* MARQUES, 2009, p.12).

Portanto, a democracia deliberativa depende ainda da compreensão a respeito da arena à qual este poder poderá exercer sua influência na tomada de decisão, ou seja, a *esfera pública*. Uma esfera pública se constitui através das atividades comunicativas, onde diferentes públicos ou indivíduos se organizam em redes comunicacionais articuladas com o objetivo de discutir sobre os problemas ou questões que os afetam, ao assumir um posicionamento, trocar argumentos ou justificá-los diante das interrogações feitas pelos parceiros de interação. Sob essa perspectiva, é preciso reconhecer que a mediação entre os atores administrativos do sistema político, os cidadãos comuns e a sociedade civil organizada é realizada por uma estrutura de grande complexidade, ramificada em uma multiplicidade de arenas parciais de discussão que permanecem porosas umas às outras. (MARQUES, 2009).

A estrutura de normas e formalidades que os cidadãos devem seguir em um âmbito de esfera pública pode, muitas vezes, dificultar o caminho traçado pelo representante popular que busca, no ideal da deliberação, uma estrutura mais verticalizada de poder trazendo a arena decisória a todos os cidadãos de forma simplificada.

O excesso da utilização de normas na esfera pública, em especial na arena participativa, gera um afastamento dos cidadãos tidos como à margem deste processo deliberativo. A utilização deste mecanismo, a norma, é essencial para que se garanta a ordem e execução das leis, entretanto, este modelo participativo exige uma maior flexibilidade no que se refere à inserção da população nos ambientes decisórios onde a sua total compreensão

é crucial ao sistema e sua participação poderá gerar um acréscimo positivo à sociedade de maneira geral.

Segundo a autora Ilza Andrade (2009), a rigidez sobre a montagem do arcabouço institucional, necessário ao modelo de participação, dificulta, muitas vezes, a ampliação do ideal democrático da esfera pública. Para ela, a forte normatização dos mecanismos não dá o espaço necessário aos sujeitos que atuam nesta esfera, aumentando assim a resistência à participação. Isso explica, portanto, o motivo de uma maior adesão popular aos fóruns de discussão menos formais.

Tal resistência a uma participação deve ser combatida e a esfera pública necessita repensar seu papel neste sentido. O excesso das normas além de afastar os cidadãos do ambiente de construção coletiva, intensifica uma discriminação dos sujeitos menos favorecidos, como reforça o autor Paulo Freire (1987) em sua obra “Pedagogia do Oprimido” onde ele destaca que o excesso da utilização de normas e procedimentos na esfera pública limita o acesso das camadas mais desfavorecidas da sociedade, mantendo o *status* decisório da nação sob o acesso e participação de uma pequena parcela da sociedade tida como elitizada e elitista.

Esta segregação agrava o afastamento da população no que diz respeito à esfera decisória que, segundo Andrade (2009), possui um histórico de exclusão a grupos organizados, movimentos sociais, conselhos deliberativos, entre outros e que levou a uma forte desconfiança por parte da sociedade com relação aos atuais modelos de participação na gestão, como a própria autora cita.

Outro problema relativo à participação nos fóruns deliberativos diz respeito aos conflitos existentes entre os participantes da experiência, principalmente no caso dos Conselhos. Inúmeros estudos têm chamado a atenção para a interferência de interesses corporativos no processo decisório (Cohn; Elias; Jacobi, 1993), além da disputa de posições por parte de alguns segmentos com fortes ligações com partidos políticos (Pinheiro, 1995; Neder, 1995). Esses problemas que dizem respeito, principalmente, à representação da sociedade, têm dificultado a ação dessa representação como um bloco unitário e fragilizado a posição desse segmento em relação ao bloco que representa os interesses dos grupos no poder. A preponderância de interesses corporativos sobre os interesses gerais e as disputas pela hegemonização de posições por parte dos partidos políticos, acabam esvaziando os Conselhos da participação dos setores menos organizados. (ANDRADE, 2009, PP. 236-237).

Na busca por incentivar a participação social, primeiramente, é necessária uma política pautada no debate com base na compreensão do outro como sendo sujeito de direitos e

possuidor de poder de comunicar-se e auxiliar assim na construção de uma organização social de forma democrática. Porém, em que medida as instituições consideram válidos os dissensos enfrentados pela sociedade? De que forma é possível perceber essa hierarquização do poder de fala, muitas vezes sutil?

Nota-se que este rompimento da normatização, é caracterizado pelo momento em que a norma deixa de ser um tabu social e passa a ser tratada como a simples concretização das leis e formalidades garantidoras da ordem, tendo como agente preconizador a valorização da comunicação de forma não hierarquizada. Esta comunicação é concebida além da esfera discursiva e deve ser algo que extrapola a fala, englobando o conceito de pertencimento do indivíduo a determinados espaços.

De acordo com a perspectiva de Habermasianas, a inserção do sujeito em uma comunidade linguística ideal se define pela capacidade de fazer-se compreender perante seus parceiros de interlocução e utilizar racionalmente a linguagem para que possa compreender plenamente um tema.

Sabe-se que o termo “consenso” para Habermas, não deve ser confundido com o ato de concordar sem questionamentos ou com a homogeneização de interesses plurais. Pelo contrário, alcançar o consenso, para ele, significa refletir sobre interações sociais coordenadas por meio da “conquista cooperativa do entendimento entre os participantes, que estão orientados para a realização de um acordo que é a condição para que todos os participantes possam perseguir e realizar seus próprios planos” (HABERMAS, 1982, *apud* MARQUES, 2011 p.11).

Habermas (1982, *apud* MARQUES 2011) reflete sobre o contexto em que esta comunicação esta inserida e suas limitações.

No contexto da ação comunicativa, contam somente aquelas pessoas que são consideradas como responsáveis, que, enquanto membros de uma comunidade de comunicação podem orientar suas ações para a produção de demandas de validade intersubjetivamente reconhecidas. (HABERMAS, 1984, *apud* MARQUES, 2011 p.11).

Nesse modelo de comunidade de comunicação, a reafirmação de uma naturalidade (suposta) do chamado “mundo comum” prevalece sobre a inclusão de figuras polêmicas de divisão. Segundo Habermas (1982 *apud* MARQUES 2011), “aqueles que contam” para se inserir nestas comunidades de discurso, precisam ser dotados de uma maior capacidade de

fala, identificados como potenciais interlocutores e passíveis de reproduzir as demandas de seus parceiros de interação. Ele nos apresenta um indivíduo na figura de um interlocutor formado, já inerte na ordem do discurso e que justamente por isso, não possui a necessidade de colocar em questão o que significa a fala diante do outro e para o outro. Torna-se essencial o poder de fala que deve ser fornecido aos sujeitos, independentemente da formalidade em que ele esteja inserido, pois, somente através do diálogo, do consenso e do dissenso é que se constrói uma ação coletiva capaz de abranger todos os setores da sociedade em um espaço comum, segundo o autor.

Considerando um contexto de *desigualdade* e *subcidadania* existem características que distinguem de forma velada indivíduos com base em fatores econômicos, políticos e sociais reduzindo seu grau de participação nos ambientes de tomada de decisão, de maneira a reforçar estas desigualdades pré-existentes. Nessa temática torna-se relevante as reflexões de Jessé de Souza (2012) a respeito da lógica social da subcidadania e Boaventura de Sousa Santos (2007) sobre a invisibilidade de determinada parcela da sociedade.

De acordo com Souza (2012), são construídos rótulos de classificados e desclassificados sociais, sob uma ótica de neutralidade do Estado, pela ação de supostos princípios universais, ou seja, o que o autor chama de uma naturalização da desigualdade que por sua vez é proposta dia após dia na sociedade. Esta relação Homem e Estado não é neutra, pois, historicamente, Estado e mercado constroem uma visão de indivíduo contingente, buscando hierarquizar e segregar classes sociais de acordo com seus imperativos funcionais.

A partir da percepção da dominação simbólica subpolítica, que implicitamente traz uma concepção sobre o diferencial dos indivíduos, embasado em instituições fundamentais como Estado e mercado, permite uma imposição de toda uma concepção de mundo que é historicamente produzida sob a ideia da suposta neutralidade e objetividade inexorável através de incentivos e penalizações associadas aos preceitos destas instituições, como salários, emprego, imposto, independentemente de qualquer intencionalidade individual. Para Souza (2012), tal hierarquia de valores, que é implícita, apoiada de forma invisível por certas instituições, definindo quem é ou não cidadão e constituindo uma noção de cidadania, precisa estar internalizada e incorporada na dimensão subpolítica “da opacidade cotidiana” para ser efetivamente válida. Santos (2007, p.25) pontua que “o mundo possui uma diversidade epistemológica inesgotável e nossas categorias são reducionistas” repletas de rotulações,

embasadas em um padrão social inalcançável para maior parcela da sociedade, provocando verdadeiros exércitos de subcidadãos.

Segundo Souza (2012), a dimensão de desorganização e imersão pré-política dos chamados subcidadãos nos leva a refletir mais profundamente sobre a dinâmica entre “práticas” e “ideias”.

É que, para além da ideologia “espontânea do capitalismo” que “secreta” de forma impessoal e intransparente toda uma concepção de mundo e do valor diferenciado dos seres humanos, existe também, como atributo dos processos modernos de formação nacional, uma ideologia explícita e articulada que funciona como uma dimensão alternativa e autônoma de formação de identidades, coletiva e individual, e, portanto, também de solidariedade coletiva e grupal. (SOUZA, 2012 p.186).

Analisando em termos sociológicos, o autor Santos (2007), diz ser necessário fazer com que o ausente se torne presente, que as experiências, já existentes, porém, invisíveis, se tornem disponíveis, ou seja, transformar os objetos ausentes em objetos presentes. A sociedade não sabe lidar com objetos ausentes, trabalha-se com objetos presentes; essa é a herança do positivismo.

O principal aspecto limitante da articulação em sociedades modernas desiguais, que Souza (2012) classifica como “anterioridade das práticas institucionais e sociais em relação às idéias e visões de mundo”, é a dificuldade no diálogo e envolvimento no comportamento cotidiano em que estão envolvidas as práticas institucionais e sociais.

Para Santos (2007), vivemos hoje uma discrepância entre a teoria e a prática social que é um problema tanto para uma quanto para a outra, pois, para uma teoria cega, a prática será imperceptível, e para uma prática cega a teoria social não tem nenhuma relevância. E essa é uma situação que deve ser analisada sempre que necessário entrar no campo da articulação social.

Portanto, segundo Souza (2012), essa ideologia demonstra a articulação do componente implícito da “ideologia espontânea” nas práticas institucionais operantes na modernidade periférica, a qual estamos inseridos, construindo um extraordinário contexto de desigualdade, tanto para os privilegiados quanto para as vítimas deste processo. “Esse, parece-me, é o ponto central da questão da naturalização da desigualdade entre nós” (SOUZA, 2012 p.189)

Refletindo sobre tal discussão, faz-se necessário compreender qual o papel de uma assessoria nestes contextos desiguais? Em que medida seria possível instigar os atores destes espaços formais a desenvolver uma troca de conhecimentos com intuito de produzir um raciocínio de caráter colaborativo? A assessoria de caráter formador pretende preencher este espaço através da reflexão e do diálogo.

2.2. Da Assessoria Técnica à Assessoria Formadora em Políticas Públicas.

Ao refletir sobre a atual concepção de assessoria, nota-se o caráter técnico a que ela é submetida, visando sempre a maximização do poder daqueles que detém o conhecimento necessário para transitar em arenas políticas e administrativas, demonstrando a falta de interesse pela busca por construção do conhecimento e solução conjunta de problemas apontados pela sociedade através de uma assessoria de caráter formador e dialógico.

Ao propor uma assessoria formadora, Maurílio Matos (2006) e Ana Maria Vasconcelos (1998) abordam um olhar técnico da assessoria, porém, com foco na mudança e na participação coletiva, mostrando a compreensão da importância pautada na construção do conhecimento, enquanto France Coelho (2005) busca a concepção de uma não hierarquização do conhecimento científico, compreendendo a importância deste, porém sem marginalizar a construção coletiva.

Matos (2006), define o conceito de assessoria como sendo a ação do profissional que possui conhecimentos específicos em uma determinada área, tomando esta realidade como objeto de estudo ao deter uma intenção de mudança em direção à mesma. Portanto, o assessor, segundo ele, não deve ser aquele que intervém, e sim, alguém que propõe caminhos e estratégias para as pessoas ou grupos que assessoria, tendo estes a autonomia de acatar ou não suas sugestões, não gerando uma concepção tecnicista da atividade de assessorar, tampouco, gerando dependência por parte de seus assessorados. Podemos refletir o conceito de assessoria da definição de que:

Não há dúvidas de que o assessor exerce um papel de intelectual, que pode estar ideologicamente vinculado a uma proposta de assessoria que vise a emancipação das classes trabalhadoras ou dominação destas classes por meio da busca de uma assessoria que vise a maximização dos lucros e/ou a redução da esfera pública. (MATOS; BRAVO, 2006, p.20).

Sendo assim, frequentemente, as demandas por assessoria são solicitadas para a "orientação de projetos", de "palestras", cursos em diferentes temáticas - estudo de técnicas, entre outros. Neste caso, cabe ao assessor, explicitar o conjunto complexo de dificuldades que norteiam aquelas solicitações, analisando a realidade da equipe para então oferecer uma proposta que enriqueça seu conteúdo teórico, técnico e político, inicialmente através de uma reflexão profunda da realidade trabalhada. É o contato constante com a equipe e seus objetos que possibilita ao assessor a construção das condições de projetar e realizar sua tarefa, apontando possibilidades, limites, alternativas e a viabilização do projeto. (VASCONCELOS, 1998).

Ao analisar as funções que o assessor deve desempenhar como agente formador, a autora considera que a principal atividade do assessor é possibilitar instrumentos que promovam o desvelamento do movimento da realidade social, ocultado muitas vezes, pelo movimento cotidiano das relações sociais, o que faz parecer uma possível inexistência de quaisquer alternativas e possibilidades de ação profissional, minimizando a importância e a atividade deste.

A temática de assessoria não tem sido muito abordada pelos estudiosos da área de ciências humanas e sociais, o que gera essa desvalorização da área, e uma quase inexistência de publicação de material teórico sobre o tema, segundo Matos (2006). O pouco conteúdo existente está publicado no campo da administração e com foco totalmente voltado para a maximização de lucros em empresas de forma puramente técnica.

Entretanto, Matos (2009) reconhece que a partir de 1990, a assessoria tem sido amplamente utilizada nas políticas públicas brasileiras, como estratégia de aperfeiçoamento. Estas ações são desenvolvidas em diversas regiões e setores do país, porém, com pouco ou quase nenhum suporte bibliográfico específico para a área. Emerge, a partir de então, textos que abordam a temática de assessoria, mas que na sua maioria são problematizações ou relatos sobre trabalhos, específicos e pontuais, junto a comunidades, movimentos sociais ou associações de trabalhadores, frutos de experiências universitárias, o que notamos não construir propostas de análises de como este profissional pode atuar de forma a incentivar o crescimento e a participação coletiva, promovendo melhores condições de atuação para estes profissionais.

Portanto, a temática relativa à assessoria vem sendo debatida em congressos relativos à área, porém ainda que não possui produção de bibliografia expressiva. Historicamente, o exercício de assessoria está ligado ao *status* desta função, que se vincula diretamente ao reconhecimento intelectual que se dispensa ao profissional que assessora grupos e pessoas em diversos setores, passando pelo âmbito público, empresarial e particular. Faz-se muito importante a clareza do conceito de assessoria, não como uma forma de supremacia desta. Ao contrário, “para que não caiamos no modismo e neguemos outras ações profissionais também importantes, como o trabalho com comunidades, com movimentos sociais e a importância da supervisão de programas e de profissionais.” (MATOS, 2006 p.5).

Para aprimorar esta área do conhecimento, Vasconcelos (1998) acredita que os processos de Assessoria, na medida em que priorizam a qualidade da prática, ao fomentar a permanente troca entre profissionais e instituições acadêmicas, possibilitam o constante contato com órgãos de pesquisa, contribuindo para uma troca natural - não simples subordinação - entre estas instâncias, gerando e incentivando a possibilidade da busca por informações e questões pertinentes que demandam investigação, o que acarreta em um círculo contínuo de atualização, aperfeiçoamento e condições eficazes de um fazer profissional pensado, crítico e de qualidade.

Se o processo de assessoria requer constante investigação por parte dos profissionais que prezam pela qualidade de sua ação profissional, por outro lado, requer investigação, tanto em relação ao conhecimento produzido sobre o tema trabalhado, quanto às questões objetivas do trabalho que demandam investigações originais por parte da assessoria, como pontua a autora.

Os processos de assessoria são também solicitados tanto por uma equipe como por indicação externa, mas neles nos deparamos com uma realidade diferente. As assessorias são solicitadas ou indicadas, na maioria das vezes, com o objetivo de possibilitar a articulação e preparação de uma equipe para a construção do seu projeto de prática por meio de um *expert* que venha assisti-la teórica e tecnicamente. (VASCONCELOS, 1998, p. 17).

O assessor possui como uma de suas características a estruturação de estratégias a serem implementadas, direcionando-as a uma equipe ou a um sujeito ao qual assessora. Para isso, este deve ser alguém capaz de, com base na análise da realidade, apresentar projetos e estratégias factíveis de serem realizadas. (MATOS, 2006). Porém, seu foco não deve ser apenas na construção do conhecimento, este deve priorizar o esforço em não gerar

dependências e promover de alguma forma a emancipação dos grupos sociais por ele assistidos.

Analisando esta temática, a autora Coelho (2005) afirma que as diferentes técnicas surgiram da criação humana de uma aprendizagem ligada à socialização entre os homens em suas relações uns com os outros, e destes com a natureza. Por isso, o conhecimento técnico permitia a reprodução de um conhecimento já adquirido com a possibilidade de inovações daqueles que dominavam determinada técnica. Percebe-se ser a ideia de um conceito de afirmação e aprimoramento das técnicas e do conhecimento. Porém, com o advento da modernidade, o domínio de uma determinada técnica desponta como algo além da produção de conhecimentos e inovações. A técnica unida à desigualdade se tornou uma forma de dominação daqueles que a possuem sobre os outros, “principalmente quando a competência técnica é a base da diferenciação social e da autoridade incorporada por um longo processo de formação escolar ou institucional, que se dá por meio da socialização intencionada, com vistas ao credenciamento formal que autoriza certo poder.” (COELHO, 2005. p.55).

Inicia-se neste momento a marginalização do conhecimento adquirido ou aprimorado e uma supervalorização da formação escolar que se limita ao meio acadêmico e científico como sendo o único gerador de conhecimento, trazendo desigualdade e discriminação àqueles que não tiveram acesso aos bancos acadêmicos. Esta é uma importante ferramenta social, porém a participação social pode engrandecer a ciência assim como a ciência engrandece o meio social, basta equaliza-las.

Desta forma, a autora compreende a importância de uma assessoria conjunta ao método de participação coletiva, pois, sem isso, o trabalho torna-se uma simples transferência de conhecimentos de alguém que se pretende sábio para outro que se julga ignorante, caracterizado pelo *tecnicismo*, ou seja, o olhar de um profissional que apenas visa soluções técnicas e tecnológicas, sem envolvimento ou compreensão da realidade local e das relações sociais, ignorando que através deste olhar é possível a solução e alternativas, ainda que não convencionais, para os problemas levantados sobre o tecnicismo dos profissionais que assessoram.

Esse profissional desconhece o que é uma postura democrática, mesmo quando afirma que considera todos os seus clientes, grupos ou classes sociais, como iguais. Na realidade, ele reforça as desigualdades, pois trata como iguais aqueles que não o são. Não é capaz de reconhecer as diferenças para melhor definir processos pedagógicos apropriados a cada condição social e cultural. (COELHO, 2005. p.57).

Dadas estas evidências, a orientação profissional, da qual denominamos assessoria, pode ser científica e técnica, sem a necessidade de ser tecnicista ou “politicamente alienada, descontextualizada ou autoritária” como nomeia a autora Coelho (2005). Afinal, sabem-se que todo conhecimento possui uma importância e uma razão social para sua existência, e a técnica pode cumprir a função de humanização do homem, tornando-o capaz de existir de maneira autônoma e digna. Porém, esta proposta não implica somente em processo dialógico entre técnicos e assessorados, mas parte do princípio de que o outro possui habilidades e competências distintas das portadas pelo profissional, sendo indispensáveis para uma construção pedagógica de projetos de vida.

Pode-se, então, notar que não há na definição de assessoria um atrelamento a concepção teórica ou metodológica do trabalho e atividades a serem desempenhadas pelo profissional. Naturalmente, este trabalho não passa por uma neutralidade, sendo que muitas vezes o papel do assessor se adapta aos interesses institucionais, enquanto outros tratam esta assessoria como um espaço de interlocução para a garantia de direitos através do aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido. (MATOS, 2006).

Repensando o papel do assessor, Coelho (2005) pontua que o tecnicismo normatiza as relações sociais entre os profissionais e seus assessorados, assim como as relações entre os mais distintos agentes sociais em determinadas esferas sociais de participação. Sem atitudes como a troca de saberes e a construção conjunta de soluções, uma simples orientação, embasada no tecnicismo pode gerar graves processos de desagregação.

Por isso, para a autora, pode-se dizer que em uma sociedade possuidora de tão grandes desigualdades sociais, como a nossa, o trabalho do assessor adquire aspectos extremamente delicados que exigem do profissional um constante questionamento acerca de suas ações, de como são executadas, e se levam à inclusão ou à exclusão social dentro dos modelos de participação propostos pelo Estado.

O conceito de assessoria proposto neste trabalho deverá se constituir de um caráter formador, através de diálogos horizontalizados, flexíveis e que reflitam a realidade dos indivíduos, sendo estes diálogos desprovidos de níveis hierárquicos em que um sujeito se sobrepõe a outro por um ou outro motivo se colocando no papel de detentor do conhecimento e gerando qualquer tipo de dependência. Este deverá agir como um mediador, buscando

auxiliar a sociedade no que se refere aos seus direitos e tornando a esfera participativa cada dia mais instigante aos que dela fazem parte enriquecendo o processo decisório.

Segundo o autor Freire (1979), na medida em que o compromisso se torna algo prático, de reflexão e ação sobre a realidade, implica inexoravelmente no conhecimento da realidade. Quando o compromisso é válido através do humanismo¹, ele está, também, fundado cientificamente. Envolto ao compromisso profissional, seja ele qual for, concomitantemente está seu aperfeiçoamento e a superação do especialismo. O profissional precisa ampliar os seus conhecimentos em torno do homem, de sua forma de ser no mundo, substituindo a visão romântica e ingênua de realidade por uma visão crítica.

Arendt (2010, p.4) afirma que, se for comprovada a separação entre o conhecimento técnico e o pensamento, tornaríamos-nos “escravos indefesos, não tanto de nossas máquinas quanto de nosso conhecimento técnico, criaturas desprovidas de pensamento à mercê de qualquer engenhoca tecnicamente possível, por mais mortífera que seja”. Desta forma, vê-se a importância de uma humanização do profissional que trabalha com a assessoria, tanto a grupos quanto a indivíduos, através de um trabalho reflexivo e pautado em uma via dupla de produção do conhecimento.

O compromisso, portanto, de um profissional de *assessoria*, seguindo a linha de Paulo Freire (1979), que a veja sob uma visão crítica, não pode ser o compromisso do profissional que minimiza ou esquece o homem, dado seu avanço técnico, pensando, ingenuamente, que existe um dilema entre humanismo e tecnologia, ignorando o óbvio de que eles não se excluem.

Freire (1979) também reflete sobre esta valorização de profissionais meramente técnicos e que tendem a reduzir o senso crítico e a percepção social do indivíduo, eximindo assim a possibilidade de construção em conjunto.

Não devo julgar-me, como profissional, “habitante” de um mundo estranho; mundo de técnicos e especialistas salvadores dos demais, donos da verdade, proprietários do saber, que devem ser doados aos “ignorantes e incapazes”. Habitantes de um gueto de onde saio messianicamente para salvar os “perdidos”, que estão fora. Se procedo assim, não me comprometo verdadeiramente como profissional nem como homem. Simplesmente me alieno. (FREIRE, 1979 p.10).

¹ O autor não entende por humanismo as áreas ligadas à arte, erudição ou formação aristocrática, tampouco o ideal de abstrato de um bom homem. O humanismo é um compromisso que se orienta pela transformação do homem em buscar ser sempre mais.

O autor reflete sobre o papel e compromisso social desempenhado por trabalhadores humanizados, que denomina-se como uma assessoria de caráter formador, que tem por objetivo a busca por um senso crítico e libertador dos indivíduos. O seu espaço de atuação deve ultrapassar hierarquias e técnicas, sendo repleto de responsabilidades e constante aprendizado, unindo a uma reflexão contínua dos próprios papéis. O trabalhador social, segundo Freire (1979), deve se ater ao fato de que a estrutura social é obra dos homens, logo, sua transformação também será obra dos homens. Portanto, estes devem ser sujeitos e não objetos deste processo de mudança. Para isso, esta “tarefa lhes exige, durante sua ação sobre a realidade, um aprofundamento da sua tomada de consciência da realidade, objeto de atas contraditórios daqueles que pretendem mantê-la como está e dos que pretendem transformá-la.” (FREIRE, 1979).

Este processo, ainda segundo o autor, não poderá ser imparcial, pois, o trabalhador social, como homem, deve fazer uma opção. Ou adere à transformação e a mudança que busca o sentido da verdadeira humanização do homem, ou se mantém a favor da permanência. Isto, porém, não significa que o indivíduo deva impor sua opção aos demais no decorrer de seu trabalho pedagógico, pois, se trabalha desta forma, ainda que em busca da libertação do homem e sua humanização, está seguindo uma linha contraditória, isto é, manipulando. Conclui, ao analisar as consequências de um trabalhador social e suas opções, que a escolha feita pelo trabalhador social irá determinar tanto o seu papel como seus métodos e suas técnicas de ação.

É uma ingenuidade pensar num papel abstrato, num conjunto de métodos e técnicas neutras para uma ação que se dá entre homens, numa realidade que não é neutra. Isso só seria possível se fosse possível um absurdo: que o trabalhador social não fosse submetido como os demais aos mesmos condicionamentos da estrutura social, que exige dele, como os demais, uma opção frente às contradições constitutivas da estrutura. (FREIRE, 1978 p.26 e 27).

Portanto, para ele, o papel do formador que opta por uma não mudança de fato, não pode interessar-se pela reflexão e desenvolvimento de raciocínio crítico do indivíduo sobre sua ação e a percepção da realidade. No momento em que o indivíduo, buscando a reflexão, percebe a estrutura em que está inserido, sua percepção muda, ainda que não seja a mudança de toda a estrutura. Porém, para ele, só a mudança da realidade, algo antes considerado imutável, significa a esses indivíduos, vê-la como de fato é: uma realidade humana, histórica e com possibilidade de ser transformada.

A percepção ingênua da realidade, aquela com características fatalistas, dá lugar a uma percepção capaz de se ver; e quando o homem é capaz de perceber-se, enquanto percebe também uma realidade que outrora lhe parecia inexorável, é capaz de objetivá-la, descobrindo toda sua possibilidade transformadora dessa realidade. O fatalismo cede lugar a uma esperança crítica, capaz de mover os homens à transformação.

Por isso, conclui Freire (1979), a mudança não é trabalho a ser desempenhado por alguns homens, mas sim por todos que a escolhem. A assessoria com um caráter formador tem o dever de lembrar a estes homens que todos possuem a mesma responsabilidade no processo de transformação social e perante quaisquer obstáculos, o trabalhador social não deve reforçar o estado de objeto que se encontra, mas sim problematizar-lhes este estado.

O momento histórico que vivemos exige de seus profissionais uma séria reflexão sobre sua realidade, devido o fato de sua constante transformação, e da qual resulta sua inserção nela. “Inserção essa que, sendo crítica, é compromisso verdadeiro. Compromisso com os destinos do país. Compromisso com seu povo. Com o homem concreto. Compromisso com o ser mais deste homem.” (FREIRE, 1979 p.13).

O papel do formador não é mostrar ao povo a sua ideia de mundo, muito menos tentar impô-la a eles, mas sim dialogar sobre as suas causas. É preciso convencer-se de que a sua visão de mundo, refletida em ações, reflete sua situação no mundo em que se está inserido, pois, “a ação educativa e política, não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer “bancária” ou de pergar no deserto”. (FREIRE, 1987, p. 49).

É necessário conhecer a realidade do outro, dialogar com ela de maneira igualitária, para enfim produzir benefícios e aprimorar sistemas que pretendem ser participativos e democráticos.

2.3.As práticas dialógicas como instrumento de colaboração, união e organização social.

As práticas dialógicas se caracterizam pela colaboração entre sujeitos que almejam construir, de maneira conjunta, soluções para problemas, raciocínios ou percepções sociais de forma não hierarquizada, traduzidas pela troca de saberes que busca o incentivo à participação desta construção social.

Segundo Freire (1987, p.96), “a *colaboração*, característica importante da ação dialógica, não pode ocorrer a não ser entre sujeitos, ainda que em distintos níveis de função, portanto de responsabilidade, somente pode se tornar realidade através da comunicação”. O diálogo, que é sempre comunicação, é uma das bases da colaboração, ele não deve impor ou manejar, tampouco manipular.

Na visão de Freire (1987, p.33), as *práticas dialógicas* se contrapõem a uma visão bancária da educação que se caracteriza pelo saber enquanto uma doação “dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber”. Nesta concepção bancária de educação, o agente formador (o educador) conduz aqueles a que assiste a uma memorização mecânica daquilo que é narrado, transformando-os em recipientes a serem preenchidos. Educar, nesse caso, torna-se um ato de depositar, em que aquele que educa faz comunicados ao invés de comunicar-se. Suas ações dirigem-se a pessoas que devem receber pacientemente as instruções, memorizá-las e repeti-las.

Por outro lado, aquilo que se transmite no processo de educação dialógica, para Freire (1987), não é uma doação, tampouco uma imposição, mas sim a revolução sistematizada e acrescentada de elementos que a própria sociedade entregou ao formador de forma desestruturada. Ou seja, este agente possui como uma de suas funções formalizar demandas repassadas pela sociedade, porém sem perder o seu caráter formador que motiva a participação coletiva em todos os níveis deste processo. Sendo assim, o autor destaca dentre as características fundamentais da ação dialógica: a colaboração, a união e a organização.

Na teoria dialógica de Freire (1987), a ação dos sujeitos objetiva a transformação do mundo por meio da colaboração. Não há, portanto, nessa teoria, um sujeito que domina através da conquista e outro dominado. Nela, os sujeitos se encontram para a pronúncia do mundo e sua transformação. Quando não encarado desta forma, a possibilidade de ocorrerem falhas nestas ações é iminente.

Para o autor, há vários exemplos de práticas, tanto de natureza política quanto docente, que falharam em função do ponto de partida de seus realizadores que inferiram sua visão pessoal da realidade, sem levar em conta a situação dos homens a que se dirigia seu programa, a não ser como puras incidências de sua ação.

Para ele, a colaboração entre os sujeitos dialógicos deve voltar-se para a realidade mediatizadora que, sendo problematizada, representa um desafio, e cuja resposta é a ação dos

sujeitos dialógicos sobre essa realidade de forma a transformá-la. Problematizar, para ele, é exercer uma análise crítica sobre o problema.

Na ação dialógica, a liderança se obriga ao esforço de unir os oprimidos entre si e deles, com ela, para fins de libertação. Sendo assim, para dividir é necessário manter a aderência do dominado à realidade opressora, que aliena entidades estranhas, explicadoras desse poder.

Dentro deste campo, nota-se a grande influência das instituições que coíbem sujeitos tidos como “a margem da sociedade”, de uma participação maciça nas decisões e práticas governamentais através de um excesso de formalização e normatização das esferas públicas.

Para que os oprimidos se unam entre si, reflete Freire (1987), é necessário um rompimento com essa realidade já tão enraizada na cultura destes indivíduos, que os une a uma realidade de opressão. O melhor mecanismo para promover esta libertação é a comunicação entre os sujeitos.

Porém, segundo Freire (1987), jamais se deve apenas dissertar sobre estes desafios ou mesmo apresentar-lhes conteúdos irrelevantes aos seus anseios, dúvidas, esperanças ou temores. Deve-se fazer valer os raciocínios provenientes da sociedade, e não os descartar como simples objeto de observação, reduzindo a fala dos indivíduos a meros desabafos sem repercussão alguma na esfera pública.

Por isso, afirma Freire, os homens não são objeto de investigação, pois não são eles que de fato se pretende investigar, mas sim o seu pensamento-linguagem referido à realidade, níveis de percepção e visão do mundo em que estão inseridos, para que enfim possa encontrar o seu real universo temático e fazer valer as políticas sociais.

Para isso, segundo o autor, o ideal seria propor à sociedade, através de contradições básicas, sua situação existencial, concreta, como um desafio que exija respostas, não só no campo intelectual, mas também no campo de ação, gerando problematizações e debates, assim como ações que partem de todas as esferas de poder, dando voz aos indivíduos e os inserindo na esfera pública da qual ele já se encontra participante desde sempre. Sendo assim, as normas que regem estas esferas devem ser aproximadas das realidades sociais, dando autonomia e liberdade de expressão aos sujeitos presentes nestas arenas.

Compreendendo a proposta de troca de saberes e diálogo horizontal em prol de um envolvimento dos cidadãos nas diferentes arenas decisórias reflete-se sobre a importância de um interlocutor capaz de promover o debate necessário ao crescimento do sistema político proposto. Neste sentido, considerando um cenário de assessoramento de sujeitos em contextos desiguais de políticas públicas deliberativas quais elementos uma prática de assessoria necessita reunir?

3. A FORMAÇÃO, A BUSCA POR PERGUNTAS E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM CONTEXTOS DE ASSESSORAMENTO.

3.1.Lidando com o Dissenso sem a Imposição Consensual ou Instrumental-Pacificadora.

Segundo Rancière (2000, *apud* MARQUES 2011, p.19), uma estética da política abrange a criação de dissensos “ao tornar visível o não perceptível, transformando os ‘sem parte’ [aqueles que não contam em uma comunidade] em sujeitos capazes de se pronunciar a respeito de questões comuns”. Como base no pensamento político de Rancière percebe-se que o dissenso promove uma forma de resistência expressa em um processo de subjetivação política que se inicia no questionamento do real significado do “falar” e que promove uma reflexão do significado de ser interlocutor em um mundo comum, tendo o poder de definir e redefinir o que é considerado o comum de uma comunidade.

Em contrapartida, o autor questiona essa estrutura de “mundo comum”, ao criticar de forma racional e universal que o sujeito não se apresenta na forma de um interlocutor de um debate, conscientes de sua fala e do seu posicionamento. Por isso, Rancière afirma que a existência “dos que não contam” no âmbito da ação comunicativa nos permite refletir que “os casos de desentendimento são aqueles em que a disputa sobre o que quer dizer ‘falar’ constitui a própria racionalidade da situação de palavra”. (RANCIÈRE, 1995 *apud* MARQUES, 2011 p. 12)

Portanto, o autor acredita no desentendimento como ideia central da teoria política, e critica o modelo habermasiano ao colocar como dadas e não problemáticas as situações de

diálogo, e ao supor os participantes desse diálogo como sujeitos reconhecidos socialmente e parceiros moralmente válidos. O real objeto de conflito político é a existência de uma situação de fala e o quanto é validada a identidade dos participantes nessa situação.

Segundo Rancière (2000 *apud* MARQUES, 2011), o domínio da pragmática da comunicação demonstra uma dimensão estética e política ao não se tratar apenas daquilo que é dito, mas, sobretudo, daquilo que é pressuposto, chamados elementos extra discursivos. São eles que apontam os distintos níveis de divisão entre os que podem fazer parte da ordem do discurso e os que não pertencem a um espaço previamente definido como “comum”.

Para o autor, é exatamente através desta consciência de mundo comum que o indivíduo compreende seu espaço de *partilha*², o individual e o coletivo, na construção das interações comunicativas e experiências compartilhadas que caracterizam o cerne de uma política calcada na constante tensão entre consensos e dissensos. Se tratando de consensos e dissensos de Rancière (2000) na esfera pública, Marques (2011) pontua:

O *consenso*, segundo Rancière, tende a transformar todo conflito político em problema que compete a um saber de especialista ou a uma técnica de governo. Ele tende a exaurir a invenção política das situações e cenas dissensuais. (RANCIÈRE 2000, *apud* MARQUES, 2011 p.9).

Neste sentido, a comunidade de partilha envolve a expressão de um público definido pela manifestação de um “dano” causado pela constituição do “comum”, como explica a autora. De acordo com Rancière (2004), o surgimento de uma comunidade de partilha permite refletir sobre os seguintes tópicos: a) as condições nas quais os sujeitos surgem, aproximam-se e distanciam-se de seus atos específicos; b) como esses sujeitos se inserem na sociedade, produzindo acontecimentos que caracterizam um “dano” e, concomitantemente, os retira da zona de ruídos obscuros e os insere no mundo da visibilidade, os afirmando como sujeitos possuidores de razão e de possibilidade de construir suas ações ao demonstrar que compartilham um mundo comum.

A comunicação como ato de expressão é algo que conduz o sujeito a um local de inserção e não necessariamente diz respeito à eficiência deste diálogo, rompendo com o

² Nas palavras de Rancière, a comunidade de partilha caracteriza o “pertencimento dos sujeitos a um mesmo mundo que só pode adquirir sentido por meio da polêmica, e a união que só pode se realizar por meio do combate” (2000, *apud* MARQUES 2011 p.9).

conceito de norma para o fortalecimento da estrutura participativa, porém, para o autor alemão Habermas (1982) a inserção destes sujeitos se dá com base em uma comunicação objetiva e clara que baseia-se no respeito às normas e reproduz-se de forma ideal.

3.2. Modelo De Análise: Assessoria Política em Contextos Formais de Deliberação.

Este trabalho ao abordar temáticas relacionadas a um modelo atual de assessoria pretende desenvolver um novo olhar sobre a atividade de assessorar, considerando as práticas dialógicas e a comunicação como os meios para alcançar este objetivo e vislumbrando uma teoria de redução da normatização nas esferas públicas, com intuito de maximizar o acesso e a participação popular. Através desta linha de raciocínio, algumas disparidades entre o tecnicismo desempenhado por alguns profissionais de assessoria e a possibilidade de uma humanização da profissão foram levantadas, provocando uma reflexão do real papel que este formador deverá assumir perante a sociedade.

Portanto, faz-se necessário tomar a complexidade da estrutura social, pois, se não compreendermos o seu dinamismo e a sua estabilidade, não será possível obter uma visão crítica. Não existe uma estrutura puramente estática, assim como, não existe uma estrutura puramente dinâmica, segundo Freire (1979). Nota-se que é o assessor quem deve incorporar o papel de mediador, pois, caso a caso deve ser considerado.

A Tabela 1, a seguir, sumariza os conceitos abordados neste trabalho com algumas características presentes no profissional de assessoria, contrapondo a visão técnica à visão política de caráter formador que é proposta neste trabalho. Nesse sentido, as características presentes na tabela a seguir consolida um paralelo, que vem sendo traçado ao longo desta discussão, entre as formas de ação da Assessoria tradicional com as novas questões e necessidades que emergem desta prática a partir de uma visão crítica, construída a partir do Referencial Teórico deste trabalho.

Tabela 1: Tabela de Diferenciação entre os Tipos de Assessoria.

Assessoria Clássica	Assessoria de caráter Formador
Entrega de respostas prontas	Constante busca por perguntas
Entrega de produto finalizado	Construção conjunta de conteúdo
Assessor	Formador
O conflito é uma ameaça	O conflito é construtivo
Imposição	Tradução
Dependência	Emancipação
Atua pelo conhecimento	Atua pela experiência com o outro

Fonte: Elaboração Própria.

A assessoria técnica se baseia em sujeitos tecnicamente preparados, intelectualizados pelos demais, porém, possui um caráter descontínuo e de dependência, enquanto a assessoria política de caráter formador se baseia em diálogos e nas práticas dialógicas junto à sociedade, sendo consideradas suas peculiaridades. E, como afirma Freire (1987, p 96), no livro *Pedagogia do Oprimido*, não existe na teoria dialógica da ação “um sujeito que domina pela conquista e um objeto dominado”. Para Freire (1987, p. 96), na verdade, “existem sujeitos que se encontram para a pronúncia do mundo para a sua transformação” esta compreensão é essencial na formação de uma assessoria que pretende gerar maior autonomia dos assessorados, pois, o contrário traria maior dependência reforçando um ideal excludente.

Logo, enquanto a assessoria técnica busca a simples entrega de respostas prontas, isto é, o emprego da técnica para a entrega de produtos já finalizados, o assessor político, consciente de sua importância na conquista da autonomia dos cidadãos assessorados, busca por questionamentos junto à sociedade, junto a agrupamentos, possuindo uma identidade dessas práticas dialógicas na construção conjunta de soluções, saindo de sua zona de conforto e buscando a fundo as lacunas que a sociedade possui. Problematizando questões do cotidiano do cidadão, mas também instruindo sobre os caminhos possíveis para a resolução destes problemas, auxiliando na inserção e domínio deste indivíduo sobre a sociedade burocrática em que vivemos em especial em esferas formais.

Portanto, o assessor tradicional, que auxilia na obtenção e maximização de lucros e resultados não possui a característica que uma assessoria reflexiva e construtiva, sobretudo, sob uma ótica mais humanizada e menos tecnicista, tendo o assessor um papel de mediador ou facilitador. Este não deve interferir tendenciosamente, não deve criar dependência daqueles que o assessoram, ele irá desempenhar um papel mais complexo, como exemplifica Vasconcelos (1998).

Nesses processos a relação estabelecida entre assessores/consultores e profissionais, longe de repetir o modelo tradicional pautado numa relação hierarquizada e de subordinação, comum não só na docência, mas na prestação de serviços assistenciais, reclama uma participação efetiva de todos os envolvidos. (VASCONCELOS, 1998, p.126).

Em um sujeito, caracteriza-se a predominância de elementos praxiológicas, caracterizados pelas tendências enraizadas na formação do indivíduo, que se coloca como sendo detentor do conhecimento, aquele que apenas executa com base em sua técnica e conhecimento. No outro, prevalecem às características epistemológicas e de reflexão constante, acoplado ao sentimento de pertencimento àquela situação, seguida da busca, junto aos afetados, em prol da viabilização de alternativas para o avanço nas estruturas sociais.

Naquele, está presente o conflito erguido em elementos de interesses particulares, a busca pela maximização de benefícios, o envolvimento apenas profissional e financeiro, neste existe o conflito construtivo com vistas a um resultado que leve ao benefício da sociedade como um todo, pensando no crescimento não apenas próprio, mas de todos os envolvidos nas pautas de discussão e nos levantamentos de lacunas sociais ainda não solucionadas.

O assessor do primeiro caso atua principalmente através do conhecimento e das técnicas, sendo detentor da palavra e de decisões maiores, aquele retratado no segundo caso, se caracteriza pela experiência com o outro e da conseqüente compreensão da realidade em que ele se insere proporcionando-lhe autonomia e liberdade de expressão. Segundo Marques (2011), as trocas vivenciadas em uma comunidade política configuram-se não só a partir da exposição racional de argumentos vislumbrando a solução de problemas coletivos, “mas também a partir da tensão entre o próximo e o distante, o familiar e o estranho, o próprio e o impróprio.” (MARQUES, 2011 p.4).

A assessoria de caráter formadora, qual estamos tratando, deve criar condições de diálogo junto à educação de maneira igualitária e formadora, tendo como seu maior pilar o

senso crítico e contando com o auxílio das garantias institucionais de representação, da qual o profissional deve ter domínio e transmitir de maneira clara e simplificada para seus assessorados, dando-lhes a autonomia de buscar seus direitos e conhecer profundamente seus deveres.

Então, nesse processo que se configura de forma circular e cumulativa, a assessoria cria condições, com o auxílio da educação e das garantias institucionais de representação – garantidas pelo governo através da deliberação – para a existência do diálogo. Esse diálogo, por sua vez, cria possibilidades para que os agentes facilitadores possam promover mudanças efetivas na esfera pública de fato, no processo decisório e na formulação das normas.

Como prática dialógica, a assessoria política deve basear-se na colaboração e não na conquista; na problematização da realidade e não na sua mitificação; na união dos oprimidos entre si e não na sua divisão; na ação em torno da práxis libertadora no lugar de uma práxis opressora; na organização das massas e não em sua manipulação através da detenção do conhecimento caracterizado como uma superioridade.

Freire (1987) afirma que, para o educador humanista, a incidência da ação é a realidade a ser transformada por ele e com os outros homens, e não transformar estes outros homens. Quem atua sobre os homens para doutriná-los e adaptá-los à realidade são os dominadores, e segundo ele, muitas lideranças revolucionárias caem lamentavelmente neste paradigma.

Acercam-se das massas camponesas ou urbanas com projetos que podem corresponder a sua visão do mundo, mas não necessariamente à do povo. Esquecem-se de que seu objetivo fundamental é lutar com o povo pela recuperação da humanidade roubada e não conquistar o povo. Este verbo não deve caber a sua linguagem, mas na do dominador. Ao revolucionário, cabe libertar e libertar-se com o povo, não conquistar. (FREIRE, 1987, p.48).

Segundo ele, não se pode esperar resultados positivos de um programa educativo no sentido técnico ou no sentido de ação política, a não ser por ingenuidade, se, se desrespeita a visão particular de mundo que o povo tenha ou esteja tendo. Isso se constituiria em uma espécie de “invasão cultural” mesmo quando feita com a melhor das intenções.

Deve-se considerar também que a assessoria possuidora de um caráter formador, precisa configurar-se como um processo de tradução conforme a compreensão do termo de Santos (2007).

A tradução é um processo intercultural, inter social. Utilizamos uma metáfora transgressora da tradução linguística: é traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, é buscar inteligibilidade sem "canibalização", sem homogeneização. Nesse sentido, trata-se de fazer tradução ao revés da tradução linguística. Tentar saber o que há de comum entre um movimento de mulheres e um movimento indígena, entre um movimento indígena e outro de afro descendentes, entre este último e um movimento urbano ou camponês, entre um movimento camponês da África e um da Ásia, onde estão as distinções e as semelhanças. Por quê? Porque é preciso criar inteligibilidade sem destruir a diversidade. (SANTOS, 2007 p.40).

Sendo assim, estão envolvidas nesse processo de tradução questões cruciais para os objetivos desta assessoria proposta, envolvendo então a troca de saberes, da tradução de práticas e sujeitos sem homogeneização, preservando a diversidade social.

Portanto, a partir do que foi discutido, o modelo de análise constituído possui os seguintes elementos: viabilizar um maior acesso às políticas públicas que são elaboradas para a população, mas que ainda necessitam do interesse e da busca do cidadão para tal, viabilizar o acesso à informação e ao conhecimento dos caminhos que deverão ser adotados para resolução de problemas e possibilitar uma maior acessibilidade do cidadão aos seus direitos. Portanto, o assessor como tradutor destas possibilidades, munido da compreensão de seu papel de educador e facilitador, poderá auxiliar a sociedade nesta busca por melhores condições de acesso e poder de decisão dentro de arenas formais e participativas das quais a voz da população deverá prevalecer. Compreendendo seu caráter formador e a troca de saberes dialógica que é necessária para a construção social na esfera participativa, este agente poderá promover uma tradução e não intervenção na sociedade, gerando um ambiente igualitário de conhecimento e potencial dos sujeitos envolvidos.

4. CONCLUSÃO

Este trabalho, através da revisão de literatura apresentada por autores de diferentes áreas do conhecimento, porém que defendem a humanização do profissional que se propõe a traduzir e mediar os debates na esfera pública e participativa evidencia como principais resultados de seu modelo de análise a necessidade de uma superação do paradigma de uma assessoria que possua um caráter puramente técnico e voltado para a maximização dos lucros e resultados propondo aqui uma concepção de assessoria da qual chamamos de reflexiva, protagonizada por um profissional, um agente público, uma instituição ou grupo, e que seja constituída por princípios voltados para a formação dos indivíduos, buscando sempre estimular o questionamento e olhar crítico de seus assessorados, rejeitando a mera proposta tecnicista de entrega de respostas prontas ou de produtos finalizados.

O profissional que assessoria deve possuir a capacidade de promover uma construção conjunta do conhecimento, assim como a ação dialógica que desenvolve uma desierarquização dos ambientes participativos e um incentivo ao debate em busca não só de respostas, mas de questionamentos. Este assessor deverá possuir o gesto da tradução, lançando mão de monopolizar o diálogo, agindo como um mediador entre instituições e sociedade, estimulando a explicitação dos conflitos nas experiências comunicativas coletivas possibilitadas pela participação nos espaços formais, lidando com a diferença e com o dissenso sem a imposição consensual ou instrumental-pacificadora que mascara o real sentido da atuação deste agente.

Concluí-se, portanto, que esta proposta de assessoria de caráter formador e reflexivo tende a intensificar o acesso de sujeitos segregados do ambiente político-decisório às arenas formais de participação que por si só não se tornam atrativas ao envolvimento dos cidadãos. Necessário se faz a atuação deste agente tradutor que busca equalizar a normatização de forma a não prejudicar o debate e o acesso à informação e a troca de conhecimentos. Para tal ação, é essencial o poder de fala dos sujeitos, independentemente da formalidade em que ele esteja inserido. Ao campo de atuação do profissional de secretariado executivo que atua constantemente com mediações e processos comunicativos, este conceito de assessoramento vem trazer a tona uma nova concepção das atividades a serem desempenhadas por este ator nos cenários de diálogo coletivo.

A construção deste modelo de análise constitui uma relevante contribuição para a discussão a respeito do tema. Contudo, faz-se necessária a aplicação deste modelo na prática de grupos deliberativos a fim de observar seus resultados, diferenciando-o dos modelos de assessoria que se deseja ultrapassar, e para captar eventuais fragilidades e complementações necessárias. Desta maneira, este trabalho deixa em aberto uma agenda de pesquisa com várias possibilidades de abordagem, teórica e prática, sobre a assessoria com caráter formador.

Enfim, ao ambientarmos-nos como uma sociedade constituída pela segregação de indivíduos tidos como subcidadãos, possuidora de tão grandes desigualdades sociais, culturais e políticas, como a que estamos inseridos, a atuação do assessor que busca atuar com um olhar humanizado e reflexivo adquire aspectos delicados que necessitam do profissional o constante questionamento sobre suas posturas, ações e falas perante estas esferas de comunicação e a reflexão se estas promovem a inclusão ou exclusão social dentro dos moldes de participação propostos pelo Estado.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ilza A. L. de. Conselhos de Desenvolvimento Rural: um espaço adequado para pensar o desenvolvimento local? In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M.K.; MARQUES, P.E.M. (organizadores). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo, revisão técnica: Adriano Correia. 11ª edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2010.
- AVRITZER, Leonardo. **Teoria Democrática e Deliberação Pública**. São Paulo. Revista Lua Nova, n. 50, p. 25 a 46, 2000.
- BÍSCOLI, F. R. V. ; LOTTE . **Reflexões teóricas sobre a importância da comunicação na profissão de Secretariado Executivo**. Revista Expectativa (Impresso), v. 5, p. 157-172, 2006.
- BRAVO, Maria I. S.; MATOS, Maurício C.(organizadores). **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. 1ª edição. São Paulo. Cortez, 2010.
- BRAVO, Maria I. S.; MATOS, Maurício C.(organizadores). **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. 2ª edição. São Paulo. Cortez, 2010.
- COELHO, France Maria Gontijo, 1957. **A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos** – Viçosa: Ed. UFV, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- MARQUES, Ângela C. S. (organizadora). **A deliberação e suas dimensões sociais políticas e comunicativas**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2009.

- MARQUES, Ângela C. S. **Relações entre comunicação, estética e política: tensões entre as abordagens de Habermas e Rancière.** Revista Compóltica, n. 2, vol. 1, ed. set-out, ano 2011.
- MATOS, Maurílio Castro . **Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica.** In: ABEPSS; CFESS. (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. 1ed. Brasília: ABEPSS / CFESS, 2009, v. 01, p. 001-760.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** Tradução Mouzar Benedito. – SãoPaulo : Boitempo, 2007.
- SCHUMACHER, A. J.; PORTELA, K. C. A. &PEREIRA, S. A. (2010). **O profissional de secretariado executivo no mercado de consultoria organizacional.** I Encontro Nacional de Secretariado Executivo. *Anais.* Toledo: Unioeste.
- SOUZA, Jessé. **A construção da subcidadania para uma sociologia política da modernidade periférica.** 2ª Ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- VASCONCELOS, Ana Maria. **Relação Teoria/Prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social.** In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 56, São Paulo: Cortez, 1998.